



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A.

30 de junho de 2025

índice



Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente	06
Balanço patrimonial	12
Demonstração do resultado	14
Demonstração do resultado abrangente	15
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstração dos fluxos de caixa	17
Nota 1 – Contexto operacional.....	18
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas	18
Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis.....	20
Nota 4 – Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025	29
Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa.....	30
Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	30
Nota 7 – Instrumentos financeiros	31
Nota 8 – Depósitos compulsórios no Banco Central	38
Nota 9 – Repasses interfinanceiros, operações de crédito, operações com características de concessão de crédito, transações de pagamento e dos valores a receber relativos a transações de pagamento	39
Nota 10 – Imposto de renda, contribuição social sobre lucro líquido, ativos e passivos fiscais diferidos	48
Nota 11 – Investimentos em participações em coligadas e controladas	52
Nota 12 – Imobilizado	52
Nota 13 – Intangível	53
Nota 14 – Depósitos	53
Nota 15 – Captações no mercado aberto	54
Nota 16 – Recursos de aceites e emissão de títulos	54
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	55
Nota 18 – Provisões.....	56
Nota 19 – Patrimônio Líquido	59
Nota 20 – Limites operacionais - acordo de Basileia	60
Nota 21 – Outros desdobramentos das demonstrações contábeis	61
Nota 22 – Transações com partes relacionadas	66
Nota 23 – Outras informações	68
Nota 24 – Gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital	69
Composição dos órgãos da Administração do Banco Sicoob.....	77
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria.....	78

Cenário Macroeconômico

O primeiro semestre de 2025 confirmou um cenário global de baixo crescimento, juros elevados em economias centrais e valorização do dólar. Esse ambiente manteve a volatilidade nos fluxos financeiros internacionais e exigiu resiliência dos países emergentes. No Brasil, a inflação seguiu trajetória de desaceleração, projetada em cerca de 5% no ano, enquanto a Selic permaneceu em 15% a.a., limitando a expansão do crédito, mas ampliando a atratividade de aplicações financeiras. O PIB nacional deve crescer em torno de 2,5% em 2025, sustentado pelo agronegócio, serviços e pela resiliência da demanda doméstica.

Para o Sicoob, esse cenário reforçou nossa atuação em três frentes fundamentais:

Proteção e solidez: adotamos postura prudente na concessão de crédito, priorizando qualidade da carteira e preservação de índices de liquidez robustos.

Apoio ao cooperado: intensificamos a oferta de produtos de investimento em renda fixa e diversificação, garantindo segurança e retornos consistentes em ambiente de juros elevados.

Fomento ao desenvolvimento: mantivemos o crédito produtivo e especializado, sobretudo para pequenas e médias empresas e para o agronegócio, setores estratégicos para nossas comunidades.

Perspectivas para o segundo semestre de 2025

O próximo semestre deve ser marcado por maior equilíbrio econômico, embora ainda permeado por riscos fiscais e pela condução da política monetária global. No Brasil, espera-se continuidade da moderação inflacionária, estabilidade do mercado de trabalho e sustentação do consumo interno.

Nesse contexto, o Sicoob seguirá comprometido em fortalecer a confiança do cooperado, assegurando atendimento próximo e soluções financeiras adequadas a cada necessidade, acelerar simplificação das operações e ampliando a escala de forma segura e eficiente, além de reforçar o compromisso socioeconômico, ampliando nossa relevância como sistema financeiro cooperativo que promove inclusão, gera impacto local positivo e contribui para o crescimento sustentável do país.

O segundo semestre de 2025 apresenta desafios e oportunidades. O Sicoob está preparado para navegar com responsabilidade, proximidade e visão de futuro, garantindo solidez financeira e reafirmando nosso propósito de transformar a vida dos cooperados e o desenvolvimento das comunidades onde atuamos.

Banco Sicoob

Fundado em novembro de 1996, o Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob é um banco múltiplo privado, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao Sicoob. Nessas quase três décadas, a instituição financeira vem construindo uma história baseada na gestão estratégica dos negócios e no trabalho integrado, a fim de estimular o desenvolvimento do cooperativismo financeiro no país.

O Banco Sicoob integra a estrutura de Governança Corporativa unificada com o Sicoob Confederação, formando assim o Centro Cooperativo Sicoob - CCS. Desta forma, o Banco reúne no âmbito do seu conglomerado as empresas Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - Sicoob DTVM, Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. - Sicoob Consórcios, Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. - Sicoob Pagamentos e Sicoob Participações em Seguridade S.A. - Sicoob Par Seguridade, além de patrocinar a fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ.

Unido a essas empresas, o Banco Sicoob desenvolve ações estratégicas com foco na melhoria contínua de processos e disponibiliza produtos e serviços financeiros especializados em atender às demandas das cooperativas singulares.

Banco Cooperativo Sicoob
Relatório da Administração
Semestre findo em 30 de junho



Tais ações integram o Planejamento Estratégico do CCS, representado pelo Pacto Sistêmico, que é um conjunto de diretrizes composto por desafios que são delineados pelo aumento da concorrência, inovação, geração de conhecimento dos colaboradores e na infraestrutura de produtos e serviços do Banco Sicoob. Nesta perspectiva, o papel do Banco Sicoob é agregar diferenciais competitivos às cooperativas.

O Banco Sicoob passou a compor o Segmento 2 (S2) na classificação do Banco Central para as instituições do Sistema Financeiro Nacional, que vai do S1 ao S5 (das maiores para as menores). Esta mudança ocorreu devido aos ativos totais do Banco Sicoob superarem o montante correspondente a 1% do PIB por três semestres consecutivos. A evolução de S3 para S2 reforça a performance do Sicoob e do cooperativismo de crédito no âmbito do sistema financeiro brasileiro.

Performance

O Banco Sicoob encerrou o semestre com ativos totais consolidados de R\$ 188,71 bilhões, destacando-se:

a. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Com montante consolidado, líquido de provisão para perdas, de R\$ 42,23 bilhões, com expressiva participação de títulos públicos federais (LFTs), o que equivale a aproximadamente a 99,76% da carteira.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Com montante consolidado, líquido de provisão, de R\$ 54,57 bilhões, refere-se às aplicações em operações compromissadas no valor de R\$ 49,14 bilhões e aplicações em Certificado de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 5,43 bilhões.

c. Repasses Interfinanceiros e operações de crédito

Com montante consolidado, líquido de provisão, de R\$ 55,53 bilhões. Na composição total destacam-se as linhas com Recursos da Poupança Rural, que apresentou expansão de 58,02% e Recurso de Fontes Públicas (BNDES, FINAME, FNO, FCO e Funcafé) que expandiu 17,87%. Também apresentou crescimento a carteira com Capital de Giro, com um aumento de 4,25% no primeiro semestre de 2025.

A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e Tradicional) atingiu o valor de R\$ 3,38 bilhões, crescimento de 0,20% no primeiro semestre de 2025.

d. Operações de cartões

O Banco Sicoob, emissor de cartões do Sicoob e de outros sistemas cooperativos, encerrou o primeiro semestre de 2025 com 13,31 milhões de plásticos. A expansão da base de cartões junto aos outros sistemas contribuiu com aproximadamente 18,42% do faturamento total.

O volume de compras no semestre foi de R\$ 61,56 bilhões. Considerando apenas as transações realizadas na função crédito, o volume foi de R\$ 39,52 bilhões.

e. Operações de adquirência

Banco Cooperativo Sicoob
Relatório da Administração
Semestre findo em 30 de junho



A adquirência, na combinação das bases Sicoob e sistemas parceiros, registrou no primeiro semestre de 2025 um aumento de 28,83% sobre a base de credenciamentos ativos da maquininha Sipag.

Houve aumento no faturamento acumulado, alcançando R\$ 37,50 bilhões.

f. Depósitos

Os depósitos consolidados alcançaram, no primeiro semestre de 2025, o valor de R\$ 124,88 bilhões.

g. Processamento de serviços

O Banco Sicoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o semestre um total de 293.660.916 documentos.

h. Novos convênios

No primeiro semestre de 2025 novos convênios corporativos de arrecadação de faturas/guias com código de barras e débito automático foram firmados, totalizando 1.030 parcerias. Destacamos SEFAZ CE, Águas Do Piauí PI, Chapecó Tecnologia Em Telecomunicações Ltda, Patos Saneamento S.A – MG, Dmae Monte Carmelo MG, Ourinhos Saneamento SP, SAMAE Japurá PR, Prefeitura de Canela RS, Prefeitura de Marzagão GO, Prefeitura de Matupá MT e Prefeitura de Iconha ES.

O portfólio de convênios está à disposição das cooperativas do Sicoob e dos demais sistemas cooperativos, além de instituições bancárias, sendo um dos mais representativos do Sistema Financeiro Nacional.

Patrimônio líquido e resultado do período

O patrimônio líquido consolidado em 30 de junho de 2025 alcançou o montante de R\$ 5,51 bilhões. No semestre, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 444,09 milhões, com retorno anualizado de 18,63% sobre o patrimônio líquido médio.

Agradecimentos

Agradecemos aos representantes das acionistas, pela confiança na Administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela cooperação no cumprimento dos objetivos sistêmicos; às entidades externas parceiras, por acreditarem nas soluções oferecidas pelo Conglomerado Banco Sicoob e pela Fundação Sicoob Previ, e aos profissionais do Banco, das empresas controladas e da fundação patrocinada, pela incondicional dedicação.

A Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Cooperativo Sicoob S.A. ("Instituição ou Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo Sicoob S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(h) e 9)

A Resolução nº 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em vigor desde 1º de janeiro de 2025, substituiu a Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, estabelecendo novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, seja ela individual ou coletiva (considerando a característica do portfólio) envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração, considerando o risco das operações e sua deterioração em 12 meses e ao longo da vida, de forma a classificá-las em estágios. Esse processo envolve ainda, a utilização de premissas e variáveis, que consideram fatores internos e externos bem como qualitativos e quantitativos, tais como, qualidade do crédito, tamanho do portfólio, concentração, garantias, políticas de renegociação e fatores macroeconômicos.

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.

Em relação à implementação da Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), avaliamos os procedimentos adotados pela Administração para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros e os modelos de mensuração provisão para perdas esperadas (PE).

Realizamos entendimento e testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, abrangendo os seguintes processos: (i) os modelos e premissas utilizados pela Administração na determinação dessa provisão; (ii) a concessão de crédito e operações renegociadas; (iii) o processamento e contabilização das provisões; (iv) a reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; (v) a existência e mensuração das garantias consideradas na apuração da provisão; e (vi) a elaboração e divulgação das notas explicativas, conforme o nível de detalhamento exigido pela norma.

Efetuamos testes sobre o processo de aprovação dos modelos aplicados na determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Ademais, com o suporte de nossos especialistas, realizamos: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos da Resolução nº 4.966 do CMN; (ii) entendimento

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

e recálculo, em base amostral, dos parâmetros de risco (PD e LGD) desenvolvidos para a mensuração da perda esperada; (iii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas esperadas, considerando a base de dados, os modelos e as regras mínimas adotadas, como por exemplo, a marcação dos estágios.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e o registro contábil da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, conforme divulgados nas demonstrações contábeis, estão consistentes com as informações analisadas durante os procedimentos de auditoria realizados.

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(s) e 18(a))

O Banco Sicoob e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, inerentes às suas atividades. A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações contábeis, considerando novos eventos ocorridos.

Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização de nosso entendimento e testes relacionados à identificação e constituição de passivos contingentes e as divulgações em nota explicativas.

Adicionalmente, efetuamos procedimentos de confirmação com os assessores jurídicos que patrocinam os processos judiciais e administrativos, para confirmar a avaliação do prognóstico de perda, inclusive considerando os principais novos eventos ocorridos no período, a totalidade das informações e o valor das provisões, confrontando com os relatórios analíticos que originam os saldos contábeis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ambiente de Tecnologia da Informação

O Banco Sicoob e suas controladas possuem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associado aos processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles internos relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles sobre processos-chaves relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Instituição.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 26 de setembro de 2025

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

Banco Cooperativo Sicoob
Balanço patrimonial
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Banco	Consolidado
		30/06/2025	30/06/2025
Disponibilidades	5	96.850	97.432
Ativos financeiros		182.628.576	182.772.417
Ao custo amortizado		172.303.369	172.405.130
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6(a)	54.571.471	54.571.471
Títulos e valores mobiliários	7(b)	31.861.024	31.870.416
Depósitos compulsórios no Banco Central	8	7.841.785	7.841.785
Repasses interfinanceiros, líquido de provisão para perdas	9(a)	34.633.530	34.633.530
Operações de crédito, líquido de provisão para perdas	9(a)	20.901.951	20.901.951
Outras operações com características de concessão de crédito, líquido de provisão para perdas	9(b)	1.528.879	1.528.879
Transações de pagamento, líquido de provisão para perdas	9(c)	6.462.041	6.529.078
Valores a receber relativos a transações de pagamento, líquido de provisão para perdas	9(c)	14.502.688	14.502.688
Outros ativos financeiros, líquido de provisão para perdas	21(a)	-	25.332
Ao valor Justo por meio de outros resultados abrangentes		10.262.325	10.262.989
Títulos e valores mobiliários	7(c)	10.262.325	10.262.989
Ao valor justo por meio do resultado		62.882	104.298
Títulos e valores mobiliários	7(d)	62.882	104.298
Ativo fiscal diferido	10	550.195	568.091
Outros ativos	21(b)	3.875.216	4.512.100
Investimentos em participações em controladas	11	1.253.786	212.117
Imobilizado de uso, líquido	12	170.304	448.487
Intangíveis, líquidos	12	83.810	95.527
Total do ativo		188.658.737	188.706.171

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Banco Cooperativo Sicoob
 Balanço patrimonial
 Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Banco	Consolidado
	Nota	30/06/2025	30/06/2025
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivos financeiros		176.882.044	175.956.077
Ao custo amortizado		176.879.422	175.953.455
Depósitos	14(a)	125.937.565	124.878.396
Captações no Mercado Aberto	15(a)	11.157.816	11.157.816
Recursos de aceites e emissão de títulos	16(a)	8.863.485	8.863.485
Obrigações por empréstimos e repasses	17(a), 17(c)	13.701.381	13.703.046
Transações de pagamento	21(c)	13.697.166	13.694.968
Obrigações por transações de pagamento	21(c)	3.522.009	3.655.744
Ao valor justo por meio do resultado		2.622	2.622
Instrumentos financeiros derivativos passivos	7(d)	2.622	2.622
Passivo fiscal diferido		6.158	8.253
Outros passivos	21(d)	5.516.095	6.464.890
Provisões		748.586	767.135
Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros	18(b)	125.310	125.310
Provisões para pagamentos a efetuar	18(c)	599.688	611.949
Provisões para contingências	18(a)	23.588	29.876
Total do passivo		183.152.883	183.196.355
Patrimônio Líquido		5.505.854	5.509.816
Capital social	19(a)	4.705.821	4.705.821
Reservas de capital	19(b)	1.732	1.732
Reservas de lucros	19(c)	707.120	708.156
(+/-) Ajustes de avaliação patrimonial		6.289	6.289
(+/-) Lucros acumulados		85.298	84.263
(-) Ações em tesouraria		(406)	(406)
Participação de acionistas não controladores		-	3.961
Total do passivo e do patrimônio líquido		188.658.737	188.706.171

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Cooperativo Sicoob
Demonstração do resultado
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Nota			
Receitas da intermediação financeira		8.699.892	8.702.313
Resultado de operações de crédito	9(g)	3.089.535	3.089.535
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	6(b)	2.843.172	2.843.172
Resultado de títulos e valores mobiliários	7(f)	2.554.222	2.556.643
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	7(f)	76.061	76.061
Resultado de operações de câmbio	9(h)	19.216	19.216
Resultado de aplicações compulsórias	8(b)	117.686	117.686
Despesas da intermediação financeira		(7.940.857)	(7.866.146)
Operações de captação no mercado	14(b)	(7.544.905)	(7.470.184)
Operações de empréstimos e repasses	17(b)	(395.952)	(395.952)
Operações de arrendamento	17(d)	-	(10)
Resultado bruto da intermediação financeira		759.035	836.167
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	20(e)	(65.814)	(67.537)
Resultado líquido da intermediação financeira		693.221	768.630
Receitas Operacionais		908.276	1.438.261
Receitas de prestação de serviços	20(f)	354.840	1.024.747
Resultado de participações em controladas e coligadas	11	241.150	84.885
Outras receitas operacionais	20(g)	312.286	328.629
Despesas Operacionais		(959.071)	(1.462.545)
Despesas de pessoal	20(h)	(113.123)	(177.689)
Despesas administrativas	20(i)	(309.360)	(637.770)
Despesas tributárias	20(j)	(79.945)	(170.562)
Outras despesas operacionais	20(k)	(456.643)	(476.524)
Resultado operacional		642.426	744.346
Resultado não operacional	21(l)	(2.444)	(2.482)
Resultado antes da tributação e da participação no lucro		639.982	741.864
Imposto de renda e contribuição social		(186.821)	(283.535)
Provisão para imposto de renda	10(e)	(120.774)	(185.571)
Provisão para contribuição social	10(e)	(97.966)	(130.535)
Ativo fiscal diferido	10(c)	31.919	32.571
Participações estatutárias no lucro		(10.896)	(14.239)
Lucro líquido do semestre		442.265	444.090
Quantidade de ações		2.213.766.912	2.213.766.912
Lucro líquido por lote de 1.000 ações em R\$		199,78	200,60
Lucro atribuível à controladora		442.265	442.265
Lucro atribuível aos acionistas não controladores		-	1.824

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Banco Cooperativo Sicoob
 Demonstração do resultado abrangente
 Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Lucro líquido do semestre		442.265	444.090
(+/-) Instrumentos financeiros classificados como VJORA			
(+/-) Títulos e valores mobiliários não patrimoniais		1.160	1.160
(+/-) Títulos e valores mobiliários não patrimoniais		2.110	2.110
(+/-) Títulos e valores mobiliários não patrimoniais - crédito tributário		(950)	(950)
(+/-) Demais Instrumentos Financeiros		(515)	(515)
Ajuste de marcação a mercado – Coligadas e Controladas		(515)	(515)
Hedge de fluxo de caixa			
Próprios		(18.451)	(18.451)
Hedge		(33.547)	(33.547)
Hedge - crédito tributário		15.096	15.096
Outros resultados abrangentes do semestre, líquido de impostos		424.459	426.284
Resultado abrangente total do semestre		424.459	426.284
Lucro atribuível ao controlador		424.459	424.459
Lucro atribuível à participação dos não controladores			1.824

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

	Nota	Capital social	(-) Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste a valor de mercado	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Atribuível à Controladora	Atribuível aos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		4.143.571	-	1.732	827.105	24.094	-	(289)	4.996.213	3.174	4.999.387
Ajuste de adoção inicial da Aplicação Resolução CMN 4.966/21	4	-	-	-	-	-	(7.673)	-	(7.673)	(1.036)	(8.709)
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários		-	-	-	-	(17.806)	-	-	(17.806)	-	(17.806)
Total do resultado abrangente do semestre		-	-	-	-	(17.806)	-	-	(17.806)	-	(17.806)
Aumento de capital	19(a)	562.250	(562.250)	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital		-	562.250	-	-	-	-	-	562.250	-	562.250
Aquisições/venda de ações próprias		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos de exercícios anteriores	19(d)	-	-	-	(562.250)	-	-	-	(562.250)	-	(562.250)
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	(117)	(117)	-	(117)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	442.265	-	442.265	1.824	444.090
Destinações propostas:											
Reserva legal	19(c)	-	-	-	22.113	-	(22.113)	-	-	-	-
Reserva de lucros	19(c)	-	-	-	192.541	-	(192.541)	-	-	-	-
Dividendos propostos	19(d)	-	-	-	21.008	-	(21.008)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio líquido dos efeitos tributários	19(c)	-	-	-	206.603	-	(113.632)	-	92.971	-	92.971
Saldos em 30 de junho de 2025		4.705.821	-	1.732	707.120	6.289	85.298	(406)	5.505.854	3.962	5.509.816
Mutações do semestre		562.250	-	-	(119.985)	-	85.298	(117)	527.446	788	528.234

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Cooperativo Sicoob
Demonstração dos fluxos de caixa
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		502.750	772.216
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		639.982	741.864
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		65.814	67.537
Depreciações e amortizações		33.963	41.996
Resultado de participações em controladas		(241.150)	(84.885)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e provisão para garantias prestadas		4.141	5.704
Aumento (diminuição) das aplicações interfinanceiras de liquidez		(1.184.318)	(1.184.317)
Diminuição (aumento) de títulos e valores mobiliários		(1.676.841)	(1.683.038)
Aumento das relações interfinanceiras e interdependências		(3.007.656)	(2.990.923)
Aumento das operações de crédito		(4.525.706)	(4.525.706)
Aumento de outros créditos		(1.964.981)	(1.897.103)
Diminuição de outros valores e bens		(20.567)	(90.152)
Aumento de depósitos		18.620.374	18.558.076
Aumento das obrigações por operações compromissadas		202.252	202.252
Diminuição dos recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures		7.680.159	7.680.159
Aumento das obrigações por empréstimos e repasses		3.050.077	3.050.076
Diminuição de outras obrigações		409.649	372.789
Imposto de renda e contribuição social pagos		(82.249)	(122.612)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		18.002.941	18.141.716
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento de dividendos de coligadas		131.198	37.000
Alienação de imobilizado de uso		170	681
Aquisição de investimentos		10.860	10.703
Aquisição de imobilizado		(3.005)	(45.610)
Aquisição de intangível		(4.145)	(5.893)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de investimentos		135.078	(3.119)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital social		562.250	562.250
Aquisição/venda de ações de própria emissão		(117)	(117)
Pagamento de dividendos		(561.895)	(561.895)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos		238	238
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	5	18.138.257	18.138.835
Modificação na posição financeira			
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	5	18.138.257	18.138.835
No início do semestre		31.094.586	31.094.590
No final do semestre		49.232.843	49.233.425

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Nota 1 – Contexto operacional

O Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob (“Banco Sicoob”, “Instituição” ou “Banco”), companhia de capital fechado, foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), revogada pela Resolução 2.788, de 30 de novembro de 2000. Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (“Banco Central” ou “BC”) em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Banco a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Banco Sicoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo.

O Banco Sicoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (“Sicoob”).

As demonstrações contábeis consolidadas incluem, além dos saldos contábeis do Banco, os saldos de suas controladas Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Ponta Administradora de Consórcios Ltda., Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. e Sicoob Participações em Seguridade S.A. Foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre controladas e controlador.

Em julho de 2024, o Banco Sicoob passou a compor o Segmento 2 (S2) na classificação do Banco Central para as instituições do Sistema Financeiro Nacional, que vai do S1 ao S5 (das maiores para as menores). Esta mudança ocorreu devido aos ativos totais do Banco Sicoob superarem o montante correspondente a 1% do PIB por três semestres consecutivos.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração do Banco Sicoob aprovou as demonstrações financeiras em 17 de setembro de 2025, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às instituições financeiras.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis, sendo reflexo da presente demonstração os impactos de divulgação apresentados pela Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23.

O Banco adotou ao que determina o Art. 79 da Res. CMN nº 4.966/21, onde ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a. Mudanças em vigor

O Banco Sicoob adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis à Instituição:

- Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:
 - A adoção do modelo de perda esperada completa para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito. Classificando, ainda, os instrumentos financeiros em estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado, são 3 estágios de classificação. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.
 - Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Instituição e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de SPPJ) e não mais com base na intenção.
 - As receitas e os encargos atreladas diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas;
 - Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade;
 - Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
 - Mudança no critério de baixa de ativo financeiro para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação.
 - Vedações de registro no ativo de instrumentos baixados a prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.
 - Instruções Normativas BCB nº 426 a 433 alteradas pelas 493 a 500 e posteriormente pelas 537 a 543 de 2024: Os eventos dos roteiros contábeis da Instituição foram alterados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas COSIF's divulgadas por tais instruções.

b. Adoção inicial

A instituição adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 de não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução foram registrados no patrimônio líquido em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido da instituição demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota 4.

Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas estão assim explicadas:

a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização a valor justo de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco Sicoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Instrumentos financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, o Banco Sicoob avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo **i)** recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, **ii)** pela venda, ou por **iii)** ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os

fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receita de intermediação financeira", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesa de intermediação financeira", ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Resultado da intermediação financeira". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem.

Hierarquia do valor justo:

Para os ativos financeiros mensurados a valor justo, os diferentes níveis foram definidos como segue:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

O Banco Sicoob não reclassificou seus ativos e passivos financeiros no exercício apresentado.

III. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

c. Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização.

As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante ao recebimento.

d. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Estes recursos são utilizados pelo Banco Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 4).

f. Instrumentos financeiros derivativos

Os contratos de câmbio, anteriormente classificadas sob rubricas específicas de ativos ou passivos relacionados à moeda estrangeira, agora devem ser registradas como derivativos, conforme o Art. 2º, inciso XI, da Resolução CMN nº 4.966, já que são instrumentos financeiros cujo valor varia em decorrência de variáveis como a taxa de câmbio, sendo que sua liquidação ocorre em data futura. Essa transição impacta diretamente a forma como essas operações são tratadas contábil e financeiramente, sendo agora mensuradas a Valor Justo no Resultado (VJR)."

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pela instituição. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge, em casos de adoção da contabilidade de hedge ou hedge accounting.

Os instrumentos financeiros destinados à contabilidade de hedge podem ser agrupados conforme sua natureza nas seguintes categorias:

- **Hedge de risco de mercado:** engloba os derivativos financeiros utilizados para mitigar riscos associados à variação no valor de mercado do item objeto de hedge. Os ganhos e perdas relacionados devem ser registrados diretamente no resultado do exercício da Instituição.
- **Hedge de fluxo de caixa:** refere-se aos derivativos financeiros voltados à proteção contra flutuações nos fluxos de caixa futuros estimados. Os ganhos e perdas da parcela efetiva devem ser reconhecidos em conta específica no patrimônio líquido, já descontados os efeitos tributários, enquanto as demais variações são contabilizadas no resultado do exercício.

No exercício findo em 30 de junho de 2025, o SICOOB apresenta operações classificadas como hedge de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge accounting são acompanhados por documentação específica que contém informações detalhadas sobre as respectivas operações, os riscos envolvidos e a estratégia adotada. A efetividade dessas operações é avaliada por meio de testes prospectivos e/ou retrospectivos de eficácia, conforme exigido pela regulamentação vigente.

A marcação a mercado dos instrumentos derivativos é realizada conforme as práticas aplicadas ao CPC 46, aprovado pelo Banco Central do Brasil.

As operações com derivativos realizadas nos mercados de futuros e de opções são custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, sendo que os valores de mercado desses instrumentos são determinados com base nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas.

g. Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, optou-se em utilizar a metodologia de taxa efetiva de juros (linear) para operações de crédito e com características de crédito, sem impacto para a instituição.

h. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

I. Visão Geral

O Banco integra o segmento prudencial S2, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia completa.

Nessa metodologia, foram construídos modelos estatísticos de perdas esperadas baseados nos conceitos da Resolução CMN nº 4.966 de 2021 e avaliados os pisos mínimos de provisionamento para operações em Estágio

3, conforme Resolução BCB nº 352 de 2023.

O Banco registra perdas esperadas, para os seguintes instrumentos financeiros:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários (mensurados a custo amortizado e “VJORA”);
- Operações de créditos;
- Outros ativos financeiros; e
- Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A instituição aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (Ativo problemático). Para esses casos, a perda esperada é baseada no cálculo para uma janela futura da vida (PD para o prazo remanescente, devendo compor no mínimo a PD12 meses).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (Ativo problemático). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A perda esperada calculada com base nos dados observados estatísticos; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela instituição é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Instituição avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o ativo problemático. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da instituição para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data do cálculo.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos. Em outras palavras, as variáveis *forward looking* funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

i. Ativos financeiro com problema de recuperação de crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo e que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no Art. 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do Art. 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

j. Operações de crédito cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

k. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

l. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais, baseada na estimativa de vida útil: imóveis de uso – 4,70%, equipamentos de uso - 10%, veículos e processamento de dados - 20%.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso exista evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

m. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também é objeto de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

n. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

o. Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia.

p. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar, quando aplicável.

q. Plano de Previdência

O plano de previdência instituído pelo Banco Sicoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

r. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, enquanto a provisão da contribuição social, à alíquota de 20%. Ambos os tributos foram constituídos, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima. Ambos os valores são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

s. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Banco Sicoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e Passivos Contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Causas Judiciais** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.
- **Obrigações Legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Banco Sicoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

t. Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

u. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

v. Pronunciamentos técnicos contábeis – CPCs

O Conselho Monetário Nacional aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. Os pronunciamentos aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico - Resolução CMN 4.924/2021;
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN 4.924/2021;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa - Resolução CMN 4.818/2020;
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - Resolução CMN 4.818/2020;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN 4.924/2021;
- CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN 4.818/2020;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN 3.823/2009;
- CPC 28 - Propriedade para investimento;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN 4.877/2020;
- CPC 41 - Resultado por ação;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - Resolução CMN 4.924/2021; e
- CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

Os demais Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC serão aplicados quando aprovada a adoção pelo Conselho Monetário Nacional. No entanto, os seguintes CPCs foram adotados parcialmente pelo CMN por meio da emissão das seguintes normas:

- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN 4.524/2016;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN 4.534/2016; e
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN 4.535/2016.

Nota 4 – Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025

Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/21

Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	4.996.213
Ajustes CMN 4.966	(7.673)
Perda de crédito esperada para operações de crédito (1)	(11.281)
Perda de crédito esperada para demais ativos financeiros	(3.194)
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	288
Imposto de renda diferido	6.514
Patrimônio líquido conforme a Resolução CMN 4.966/21 em 1 de janeiro de 2025	4.988.540

(1) Inclui garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos.

Banco Cooperativo Sicoob
 Notas explicativas da Administração às demonstrações
 contábeis
 Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

Composição

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Disponibilidades	96.850	97.432
Moeda nacional	5.904	5.904
Depósitos bancários	-	42
Moeda estrangeira	90.946	91.486
Equivalentes de caixa		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	49.135.993	49.135.993
Total	49.232.843	49.233.425

Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez mensurado ao custo amortizado

Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Aplicações em operações compromissadas	49.135.993	-	49.135.993	49.135.993
Revendas a liquidar – posição bancada	49.135.993	-	49.135.993	49.135.993
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.256.438	1.179.040	5.435.478	5.435.478
Total ao custo amortizado	53.392.431	1.179.040	54.571.471	54.571.471
Circulante			53.392.431	53.392.431
Não circulante			1.179.040	1.179.040

b. Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco e Consolidado
Resultado de aplicações em operações compromissadas	30/06/2025
Posição bancada	2.471.107
Subtotal	2.471.107
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	335.653
Rendas de aplicações voluntárias no Banco Central	36.412
Total	2.843.172

Nota 7 – Instrumentos financeiros
a. Títulos e valores mobiliários

Estão classificados como “Custo amortizado”, “Valor justo por meio de outros resultados abrangentes” e “Valor justo por meio do resultado”. A apuração do valor justo foi realizada considerando-se os seguintes parâmetros:

- i. **Títulos públicos federais (LTNs, LFTs, NTNPs)** - É usada a taxa indicativa publicada pela ANBIMA.
- ii. **Fundos de investimento** - Utiliza-se o valor da última cota informada pelo administrador do fundo, que representa o valor justo do patrimônio do fundo.
- iii. **Títulos privados** - Os títulos privados são marcados a mercado observando os seguintes critérios e ordem de preferência: a) Taxa indicativa publicada pela ANBIMA; b) Taxa de negócios; c) Cotações realizadas com os emissores; d) Taxa média apurada por modelo interno.

Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, são custodiados na [B]³ Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC, exceto cotas de fundos de investimento cujo registros são mantidos pelos respectivos administradores.

b. Mensurados ao custo amortizado:

Banco	30/06/2025			
	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de curva	Valor de mercado
Carteira própria				
LFT	15.866.509	410.481	16.276.990	16.276.990
Total	15.866.509	410.481	16.276.990	16.276.990
Carteira vinculada a recompra				
LFT	5.245.287	3.841.936	9.087.223	9.087.223
Total	5.245.287	3.841.936	9.087.223	9.087.223
Carteira vinculada a garantias				
LFT	6.496.811	-	6.496.811	6.496.811
Total	6.496.811	-	6.496.811	6.496.811
Total ao custo amortizado	27.608.607	4.252.417	31.861.024	31.861.024
Circulante				-
Não circulante				31.861.024
 Consolidado				
Consolidado	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de curva	Valor de mercado
Carteira própria				
LFT	15.866.509	410.481	16.276.990	16.276.990
Total	15.866.509	410.481	16.276.990	16.276.990
Carteira vinculada a recompra				
LFT	5.245.287	3.841.936	9.087.223	9.087.223
Total	5.245.287	3.841.936	9.087.223	9.087.223
Carteira vinculada a garantias				
LFT	6.506.203	-	6.506.203	6.506.203
Total	6.506.203	-	6.506.203	6.506.203
Total ao custo amortizado	27.617.999	4.252.417	31.870.416	31.870.416
Circulante				-
Não circulante				31.870.416

b1. Classificação por estágio

	Banco	Consolidado
Estágio 1	30/06/2025	30/06/2025
LFT – Carteira própria	16.276.990	16.276.990
LFT – Vinculada a recompra	9.087.223	9.087.223
LFT – Vinculada a garantia	6.496.811	6.506.203
Total	31.861.024	31.870.416

c. Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Banco	30/06/2025				
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste a valor justo
Carteira própria					
LFT	5.037.260	1.592.837	6.629.210	6.630.097	887
Total	5.037.260	1.592.837	6.629.210	6.630.097	887
Carteira vinculada a recompra					
LFT	1.969.738	102.674	2.072.231	2.072.412	181
Total	1.969.738	102.674	2.072.231	2.072.412	181
Carteira vinculada a garantias					
LFT	1.556.213	3.603	1.559.640	1.559.816	176
Total	1.556.213	3.603	1.559.640	1.559.816	176
Total ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.563.211	1.699.114	10.261.081	10.262.325	1.244
Circulante					8.563.211
Não circulante					1.699.114

Banco Cooperativo Sicoob
 Notas explicativas da Administração às demonstrações
 contábeis
 Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	30/06/2025					
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste a valor justo	Perda esperada
Carteira própria						
LFT	5.037.260	1.592.837	6.629.210	6.630.097	887	-
CDB	243	421	824	664	(159)	(1)
Total	5.037.503	1.593.258	6.630.034	6.630.761	728	(1)
Carteira vinculada a recompra						
LFT	1.969.738	102.674	2.072.231	2.072.412	181	-
Total	1.969.738	102.674	2.072.231	2.072.412	181	-
Carteira vinculada a garantias						
LFT	1.556.213	3.603	1.559.640	1.559.816	176	-
Total	1.556.213	3.603	1.559.640	1.559.816	176	-
Total ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.563.454	1.699.535	10.261.905	10.262.989	1.085	(1)
Circulante				8.563.454		
Não circulante				1.699.535		

c1. Classificação por estágio

Estágio 1	Banco	Consolidado	30/06/2025
	Provisão constituída líquida	30/06/2025	
LFT – Carteira própria	6.629.210	-	6.629.210
CDB	-	(1)	665
LFT – Vinculada a recompra	2.072.231	-	2.072.231
LFT – Vinculada a garantia	1.559.640	-	1.559.640
Total	10.261.081	(1)	10.261.746

d. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Banco	30/06/2025	
	Sem Vencimento	Valor de mercado
Carteira própria		
Ações emitidas por empresas não financeiras	10.345	10.345
Fundos (a)	49.679	49.679
Total	60.024	60.024
Total ao valor justo por meio do resultado	60.024	60.024
Circulante		60.024
Não circulante		-

Consolidado	30/06/2025	
	Sem Vencimento	Valor de mercado
Carteira própria		
Ações emitidas por empresas não financeiras	10.345	10.345
Fundos (a)	91.095	91.095
Total	104.298	104.298
Total ao valor justo por meio do resultado	104.298	104.298
Circulante		104.298
Não circulante		-

(a) Fundos de renda fixa e imobiliário.

d1. Hedge Accounting

A estratégia de hedge de fluxo de caixa do Banco Sicoob tem como objetivo mitigar a variabilidade dos fluxos de caixa futuros atribuível a riscos específicos, em especial às oscilações nas taxas de juros de referência que afetam ativos e passivos reconhecidos.

Para esse fim, são designados instrumentos financeiros derivativos (DI Futuro), devidamente qualificados como instrumentos de hedge, em conformidade com os critérios de documentação, mensuração e teste de efetividade previstos nas normas contábeis aplicáveis (CPC 48 / IFRS 9).

Os efeitos da variação no valor justo dos instrumentos de hedge são reconhecidos, na parcela considerada efetiva, diretamente no patrimônio líquido, sendo posteriormente reclassificados para o resultado quando o item objeto do hedge impacta o resultado.

Essa metodologia busca reduzir a volatilidade do resultado contábil, alinhando a mensuração contábil ao gerenciamento de risco da instituição e refletindo de maneira fidedigna a estratégia de gestão de riscos adotada.

Banco Cooperativo Sicoob
 Notas explicativas da Administração às demonstrações
 contábeis
 Semestre findo em 30 de junho

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Banco e Consolidado			
	30/06/2025			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge				
Futuros (DI)	1.239.477	1.239.477	1.239.477	-
Total	1.239.477	1.239.477	1.239.477	-
Objeto de Hedge				
Captações LCA	78.720	93.551	93.203	(348)
Captações DI	848.000	1.184.617	1.186.489	1.872
Total	926.720	1.278.167	1.279.692	1.524
				30/06/2025
				Ajustes a Pagar
Instrumento de Hedge				
Futuros (DI)				8
Total				8
Total ao valor justo por meio do resultado				
Circulante				8
Não circulante				-

d2. Hedge Gerencial

	30/06/2025	
	Valor de Mercado	
	Contratos de câmbio	
Posição ativa		240.326
Posição passiva		(240.622)
Total		(296)
 Posição ativa		
Circulante		240.326
Não Circulante		-
 Posição passiva		
Circulante		(240.622)
Não circulante		-

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/06/2025	
	Ajustes a receber	Ajustes a pagar
Instrumento de Hedge		
Futuros (Câmbio)	2.482	16
Total	2.482	16
Total ao valor justo por meio do resultado	2.482	16
Circulante	2.482	16
Não circulante	-	-

d3. Classificação por estágio

Os papéis classificados como valor justo por meio de resultado no banco e consolidado, estão fora do roll de contas que possuem necessidade de classificação por estágio.

e. Composição de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Ao custo amortizado	31.861.024	31.870.416
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10.262.325	10.262.989
Ao valor justo por meio do resultado	62.882	104.298
Total	42.186.231	42.237.703

No semestre não ocorreram reclassificações de títulos entre as categorias.

Em 30 de junho de 2025, o Banco Sicoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor consolidado de R\$ 8.066.019, sendo principalmente:

- (a) R\$ 3.381.305 referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.
- (b) R\$ 4.311.135 referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.

f. Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Rendas com títulos de renda fixa	2.551.301	2.551.936
Rendas de aplicações de fundos de investimentos	4.756	7.760
Resultado de operações com derivativos	76.061	76.061
Despesas com títulos e valores mobiliários e derivativos	(1.835)	(3.053)

Total	2.630.283	2.632.704
--------------	------------------	------------------

Nota 8 – Depósitos compulsórios no Banco Central

a. Depósitos compulsórios

	Banco e Consolidado 30/06/2025
Bacen – Conta de pagamento instantâneo	666.303
Bacen – Reservas compulsórias em espécie	386
Bacen – Recolhimentos obrigatórios	3.115.096
Bacen – Outros (a)	4.060.000
Total	7.841.785
Circulante	7.841.785
Não Circulante	-

(a) Depósitos voluntários mantidos no BACEN.

b. Resultado das aplicações compulsórias

	Banco e Consolidado 30/06/2025
Recolhimentos depósitos de poupança	111.390
Recolhimentos depósitos de poupança - Livre	6.296
Total	117.686

Nota 9 – Repasses interfinanceiros, operações de crédito, operações com características de concessão de crédito, transações de pagamento e dos valores a receber relativos a transações de pagamento

a. Repasses interfinanceiros e operações de crédito

a1. Composição da carteira de repasses interfinanceiros e das operações de crédito

	Banco e Consolidado		
	30/06/2025		
	Valor Contábil	Perda	Custo Amortizado
Repasses interfinanceiros	34.633.530	55.616	34.689.146
Empréstimos e títulos descontados	6.918.052	118.936	7.036.988
Financiamentos	4.318.735	135.970	4.454.705
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.619.559	13.118	8.632.677
Financiamentos Imobiliários	1.045.605	20.530	1.066.135
Total	55.535.481	344.170	55.879.651
Circulante			26.737.646
Não circulante			29.142.005

a.2 Composição da carteira por estágios de repasses interfinanceiros e das operações de crédito.

Ao custo amortizado	Banco e Consolidado			
	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Repasses interfinanceiros	34.165.325	523.821	-	34.689.146
Empréstimos e títulos descontados	6.365.849	426.125	245.014	7.036.988
Financiamentos	4.057.669	76.871	168.474	4.303.014
Financiamentos em moedas estrangeiras	151.600	-	91	151.691
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.423.214	90.884	118.579	8.632.677
Financiamentos imobiliários	939.383	40.477	86.275	1.066.135
Total	54.103.040	1.158.178	618.433	55.879.651
Perdas Incorridas e Esperadas	112.635	34.143	197.392	344.170
Total líquido de perdas em 30/06/2025	53.990.405	1.124.035	421.041	55.535.481

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a3. Concentração das operações de repasses interfinanceiros e operações de crédito.

Ao custo amortizado	Banco e Consolidado	
	30/06/2025	%
10 maiores devedores	11.023.019	19,73
50 maiores seguintes	16.901.313	30,25
100 devedores seguintes	8.307.794	14,86
Demais	19.647.525	35,16
Total	55.879.651	100,00

a4. Composição das provisões para perdas por estágios de repasses interfinanceiros e operações de crédito

Ao custo amortizado	Banco e Consolidado			
	30/06/2025	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
				Total
Repasses interfinanceiros	43.091	12.525	-	55.616
Empréstimos e títulos descontados	24.804	13.205	80.927	118.936
Financiamentos	39.079	7.263	89.506	135.848
Financiamentos em moedas estrangeiras	119	-	3	122
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.990	883	7.245	13.118
Financiamentos imobiliários	552	266	19.712	20.530
Total	112.635	34.142	197.393	344.170

a5. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - repasses interfinanceiros e operações de crédito

	Banco e Consolidado	
	30/06/2025	
Saldo no início do período – 01/01/2025	346.925	
Constituição/(reversão) perdas esperadas associadas ao risco de crédito – repasses interfinanceiros		(51.395)
Constituição/(reversão) perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações de crédito		76.159
Operações de crédito baixadas para prejuízo		(27.519)
Saldo no final do período	344.170	

Os créditos renegociados totalizam R\$ 2,06 bilhões no primeiro semestre e decorrem de operações de Crédito Consignado, Crédito Rural e Empréstimos, que correspondem aos contratos renegociados por força normativa e por inadimplência.

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Destacamos que o valor de R\$ 1,19 bilhão se refere às renegociações de Crédito Rural que foram renegociadas por força normativa, através da Resolução nº 5.220/2025 e MCR 2.6.4/MCR 2.6.5, e R\$ 871,45 milhões corresponde às operações de consignado.

A recuperação de créditos baixados como prejuízo no primeiro semestre de 2025 totalizou R\$ 4,98 milhões.

b. Operações com características de concessão de crédito

b1. Composição da carteira de operações com características de concessão de crédito

	Banco e Consolidado		
	30/06/2025		
	Valor Contábil	Perda	Custo Amortizado
Adiantamento de contrato de câmbio	434.102	468	434.570
Títulos com características de crédito - CPRF	1.094.777	10.673	1.105.450
Total	1.528.879	11.141	1.540.020
Circulante			894.822
Não circulante			645.198

b2. Composição da carteira por estágios de operações com características de concessão de crédito

Ao custo amortizado	Banco e Consolidado			
	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Adiantamento de Contratos de Câmbio	424.104	2.074	8.392	434.570
Títulos com características de crédito - CPRF	967.932	54.978	82.540	1.105.450
Total	1.392.036	57.052	90.932	1.540.020
Perdas Incorridas e Esperadas	1.987	922	8.232	11.141
Total líquido de perdas em 30/06/2025	1.390.049	56.130	82.700	1.528.879

b3. Concentração das operações com características de concessão de crédito

Ao custo amortizado	Banco e Consolidado	
	30/06/2025	%
10 maiores devedores	314.776	20,44
50 maiores seguintes	467.511	30,36
100 devedores seguintes	356.086	23,12
Demais	401.647	26,08
Total	1.540.020	100,00

Banco Cooperativo Sicoob
 Notas explicativas da Administração às demonstrações
 contábeis
 Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b4. Composição das provisões para perdas por estágios de com características de concessão de crédito

Ao custo amortizado	Banco e Consolidado				
	30/06/2025	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Adiantamento de Contratos de Câmbio		212	-	256	468
Títulos com características de crédito - CPRF		1.775	922	7.976	10.673
Total		1.987	922	8.232	11.141

b5. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações com características de concessão de crédito

	Banco e Consolidado	
	30/06/2025	
Saldo no início do período – 01/01/2025		13.040
Constituição/(reversão) de perdas esperadas associadas ao risco de crédito – adiantamento sobre contrato de câmbio		(2.415)
Constituição/(reversão) de perdas esperadas associadas ao risco de crédito – CPRF		516
Saldo no final do período		11.141

c. Transações de pagamentos e valores a receber relativos a transações de pagamento

c1. Composição de transações de pagamento e valores a receber a transações de pagamento

	Banco		Consolidado	
	30/06/2025		30/06/2025	
	Valor Contábil	Perda	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Transações de pagamento	6.462.041	2.158	6.464.199	6.529.078
Valores a receber relativos a transações de pagamento	14.502.688	137.800	14.640.488	14.640.488
Total	20.964.729	139.958	21.104.687	21.169.566
Circulante			20.561.032	20.625.911
Não circulante			543.655	543.655

Banco Cooperativo Sicoob
 Notas explicativas da Administração às demonstrações
 contábeis
 Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c2. Composição da carteira por estágios de transações de pagamentos e valores a receber de transações de pagamento

Ao custo amortizado	Banco			Consolidado	
	30/06/2025			30/06/2025	
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
Transações de pagamento	6.464.199	-	-	6.464.199	6.529.078
Valores a receber relativos a transações de pagamento	14.209.406	269.132	161.950	14.640.488	14.640.488
Total	20.673.505	269.132	161.950	21.104.687	21.169.566
Perdas Incorridas e Esperadas	108.960	13.586	17.412	139.958	139.958
Total líquido de perdas em 30/06/2025	20.564.645	255.546	144.538	20.964.729	21.029.608

c3. Concentração da carteira de transações de pagamentos e valores a receber de transações de pagamento

Ao custo amortizado	Banco		Consolidado	
	30/06/2025	%	30/06/2025	
10 maiores devedores	25.955	0,12	25.955	
50 maiores seguintes	41.970	0,20	41.970	
100 devedores seguintes	51.575	0,24	51.575	
Demais	20.985.187	99,43	21.052.224	
Total	21.104.687	100,00	21.171.724	

c4. Composição das provisões para perdas por estágios de transações de pagamentos e valores a receber de transações de pagamento

Ao custo amortizado	Banco e Consolidado			
	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Transações de pagamento	2.158	-	-	2.158
Valores a receber relativos a transações de pagamento	106.802	13.586	17.412	137.800
Total	108.960	13.586	17.412	139.958

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



c5. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – de transações de pagamentos e valores a receber de transações de pagamento

		Banco e Consolidado 30/06/2025
Saldo no início do período – 01/01/2025		221.113
Transações de pagamento		(1.036)
Constituição/(reversão) de perdas esperadas associadas ao risco de crédito – transações de pagamento		(80.119)
Saldo no final do período		139.958

d. Composição por classificação de carteira e faixa de vencimento de repasses interfinanceiros, operações de crédito, operações com características de concessão de crédito, transações de pagamento e dos valores a receber relativos a transações de pagamento

O artigo 81 da Resolução BCB nº 352/23 determina que, para determinar os níveis de provisão para perdas esperadas por risco de crédito, as instituições financeiras devem classificar seus ativos financeiros nas seguintes carteiras:

Carteira C1: créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e garantias da União e de organismos internacionais;

Carteira C2: créditos de arrendamento mercantil; créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis; créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança; créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição;

Carteira C3: créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis; créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nas carteiras C1 e C2;

Carteira C4: créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos;

Carteira C5: operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas na carteira C4 do caput e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais; créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas na carteira C4; e créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas na carteira C4.

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao custo amortizado	Banco					Consolidado 30/06/2025	
	30/06/2025						
	C1	C2	C3	C4	C5		
Parcelas vencidas							
01 a 30 dias	1.091	167.762	5.637	-	18.096	192.586	192.586
31 a 60 dias	604	48.160	4.298	-	8.153	61.215	61.215
61 a 90 dias	397	49.850	2.487	-	7.638	60.372	60.372
91 a 180 dias	728	11	5.384	-	4.277	10.400	10.400
181 a 360 dias	491	31	4.599	-	4.412	9.533	9.533
Acima de 360	258	8	1.607	-	815	2.688	2.688
Total	3.569	265.822	24.012	-	43.391	336.794	336.794
Parcelas vincendas							
01 a 30 dias	31.678	1.347.925	1.588.864	13.365	198.223	3.180.055	3.180.055
31 a 60 dias	41.553	966.997	2.375.484	494	135.900	3.520.428	3.520.428
61 a 90 dias	36.250	1.160.905	2.817.534	1.329	157.983	4.174.001	4.174.001
91 a 180 dias	127.168	4.062.613	5.818.845	643	493.053	10.502.322	10.502.322
181 a 360 dias	170.931	9.478.047	15.794.571	20.314	1.015.930	26.479.793	26.544.672
Acima de 360	2.308.490	9.698.212	15.393.553	29.089	2.901.621	30.330.965	30.330.965
Total	2.716.070	26.714.699	43.488.851	65.234	4.902.710	78.187.564	78.252.443
Total	2.719.639	26.980.521	43.512.863	65.234	4.946.101	78.524.358	78.589.237

A Resolução BCB nº 352/23 determina que, as instituições financeiras devem classificar seus ativos financeiros nas carteiras C1 a C5.

e. Composição da carteira por setor de atividade e prazo de vencimento de repasses interfinanceiros, operações de crédito, operações com características de concessão de crédito, transações de pagamento e dos valores a receber relativos a transações de pagamento

Ao custo amortizado	Banco						Consolidado	
	Vencidas	A Vencer						Total
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	
Rural	-	560.216	829.891	2.507.276	2.241.722	2.493.572	-	8.632.677
Intermediários financeiros	-	6.518.721	14.093.312	9.014.147	2.867.138	2.195.828	-	34.689.146
Pessoas físicas	205.471	2.182.215	9.318.037	2.332.673	1.081.523	436.191	-	15.556.110
Outros serviços	127.754	1.581.392	12.648.709	2.759.139	1.001.346	451.064	10.886	18.580.290
Habitação	3.569	32.315	91.899	208.130	168.906	433.370	127.946	1.066.135
Total	336.794	10.874.859	36.981.848	16.821.365	7.360.635	6.010.025	138.832	78.524.358
								78.589.237

f. Reconciliação da carteira bruta de repasses interfinanceiros, operações de crédito, operações com características de concessão de crédito, transações de pagamento e valores a receber relativos a transações de pagamento, segregadas por estágios

f1. Movimentação da carteira em estágios

	Saldo em 01/01/2025	Transferido p/ o Estágio 2	Transferido p/ o Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Baixa para prejuízo	Aquisição/Juros/Liquidação	Saldo em 30/06/2025
Estágio 1	104.718.205	(513.956)	(380.358)	619.634	2.895	-	8.271.577	112.717.997
	Saldo em 01/01/2025	Transferido p/ o Estágio 1	Transferido p/ o Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Baixa para prejuízo	Aquisição/Juros/Liquidação	Saldo em 30/06/2025
Estágio 2	1.973.290	(619.634)	(100.242)	513.956	605	-	320.510	2.088.485
	Saldo em 01/01/2025	Transferido p/ o Estágio 1	Transferido p/ o Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Baixa para prejuízo	Aquisição/Juros/Liquidação	Saldo em 30/06/2025
Estágio 3	762.180	(2.895)	(605)	380.358	100.242	(27.519)	308.070	1.519.831
Total	107.453.675	(1.136.485)	(481.205)	1.513.948	103.742	(27.519)	8.900.157	116.326.313

f2. Consolidação dos 3 estágios

	Saldo em 01/01/2025	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Baixa para prejuízo	Aquisição/Juros/Liquidação	Saldo em 30/06/2025
Total	107.453.675	(271.786)	(205.315)	477.101	(27.519)	8.900.157	116.326.313

Do total apresentado nesta nota, R\$ 37,80 bilhões referem-se aos compromissos de créditos e créditos a liberar e garantias financeiras prestadas registrados em contas de compensação.

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g. Resultado de operações de crédito

	Banco e Consolidado 30/06/2025
Rendas de repasses interfinanceiros	1.848.676
Empréstimos e títulos descontados	600.102
Financiamentos	277.913
Rendas Financiamentos em moeda estrangeira	5.359
Financiamentos rurais e agroindustriais	269.690
Rendas de financiamentos habitacionais	48.733
Rendas de títulos com características de concessão de crédito	92.816
Resultado da variação cambial	(58.735)
Subtotal	3.084.554
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.981
Total	3.089.535

h. Resultado de câmbio

	Banco e Consolidado 30/06/2025
Adiantamento de contrato de câmbio	19.216
Total	19.216

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Imposto de renda, contribuição social sobre lucro líquido, ativos e passivos fiscais diferidos

a. Composição dos ativos fiscais diferidos

Composição	30/06/2025			
	Banco	Contribuição social	Consolidado	Contribuição social
Imposto de renda		Imposto de renda		
Provisão para risco de crédito	661.054	661.054	668.405	668.405
Passivos contingentes	23.587	23.587	25.493	25.493
Participação nos resultados	11.626	11.626	12.330	12.330
Provisão com fraudes	18.468	18.468	38.474	38.474
Provisão campanha nacional de vendas	10.032	10.032	14.747	14.747
Programa de incentivo - crédito	211.986	211.986	211.986	211.986
Juros sobre capital próprio	206.603	206.603	206.603	206.603
Demais Provisões	79.300	79.300	97.142	97.142
Montante	1.222.656	1.222.656	1.275.180	1.275.180
Alíquotas	25%	20%	25%	*
Ativo fiscal diferido constituído	305.664	244.531	318.795	249.296

* Crédito tributário constituído às alíquotas de 20%, 15% e 9% a depender da natureza jurídica das empresas.

b. Composição dos passivos fiscais diferidos

Composição	30/06/2025			
	Banco	Contribuição social	Consolidado	Contribuição social
Imposto de renda		Imposto de renda		
Ajuste a valor de mercado (TVM)	(13.685)	(13.685)	(13.685)	(13.685)
Taxa de administração – inadimplentes	-	-	(6.160)	(6.160)
Montante	(13.685)	(13.685)	(19.845)	(19.845)
Alíquotas	25%	20%	25%	*
Passivo diferido tributário constituído	(3.421)	(2.737)	(4.961)	(3.292)

* Passivo diferido tributário constituído às alíquotas de 20%, 15% e 9%, a depender da natureza jurídica das empresas.

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Movimentação

Composição	30/06/2025			
	Banco	Imposto de renda	Contribuição social	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Ativo fiscal diferido	232.878	186.302	244.913	190.682
Passivo fiscal diferido	(11.497)	(9.198)	(12.820)	(9.674)
	221.381	177.104	232.093	181.008
Ajuste em resultado				
Ativos fiscais diferidos constituídos	31.908	25.526	34.230	26.377
Ativos fiscais diferidos baixados	(14.175)	(11.340)	(15.794)	(11.946)
Movimentação passivo fiscal diferido	-	-	(217)	(79)
Ajuste em patrimônio líquido				
Ativos fiscais diferidos constituídos	70.735	56.589	71.128	56.730
Ativos fiscais diferidos baixados	(15.682)	(12.546)	(15.682)	(12.547)
Movimentação passivo fiscal diferido	8.076	6.461	8.076	6.461
Movimentação	80.862	64.690	81.741	64.996
Saldo em 30 de junho de 2025				
Ativo fiscal diferido	305.664	244.531	318.795	249.296
Passivo fiscal diferido	(3.421)	(2.737)	(4.961)	(3.292)
	302.243	241.794	313.834	246.004

d. Expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos

Com base em estudo realizado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do ativo fiscal e do passivo fiscal diferidos se dará em até 10 anos, assim distribuídos:

Anos	30/06/2025			
	Banco		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
2025		177.352	163.035	178.807
2026		123.440	100.866	132.705
2027		38.214	28.131	39.809
2028		64.525	43.379	66.511
2029		44.430	27.403	46.665
2030 a 2034		102.234	57.849	103.594
Total do ativo fiscal constituído		550.195	420.663	568.091
2025		(6.158)	(5.661)	(8.253)
2026		-	-	-
2027		-	-	-
2028		-	-	-
2029		-	-	-
2030 a 2034		-	-	-
Total do passivo fiscal diferido constituído		(6.158)	(5.661)	(8.253)
				(7.586)

O valor presente dos ativos e passivos fiscais diferidos foram apurados considerando-se a taxa Selic projetada pelo Bacen para os anos de realização.

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado.

Composição	30/06/2025			
	Banco	Contribuição social	Consolidado	Contribuição social
Imposto de renda		Imposto de renda		
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	639.982	639.982	741.864	741.864
Resultado de participações em controladas	(241.150)	(241.150)	(84.885)	(84.885)
Participação de empregados nos lucros	(10.896)	(10.896)	(14.239)	(14.239)
Base de cálculo	387.936	387.936	642.740	642.740
Alíquota de tributação	25%	20%	25%	*
	96.984	77.587	160.685	109.014
Efeito tributário sobre diferenças temporárias	17.733	14.186	16.592	13.620
Efeito Tributário sobre diferenças permanentes	7.785	6.193	10.150	7.535
	25.518	20.379	26.742	21.155
PAT	(1.236)	-	(2.299)	-
Prorrogação licença maternidade/paternidade	(492)	-	(572)	-
	(1.728)	-	(2.871)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	120.774	97.966	184.556	130.169
Imposto de renda e contribuição social - exercícios anteriores	-	-	1.015	366
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	120.774	97.966	185.571	130.535

* As alíquotas da Contribuição Social variaram entre 20%, 15% e 9%, a depender da natureza jurídica das empresas e do período do exercício.

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Investimentos em participações em coligadas e controladas

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e estão registrados no “Investimentos em participações em coligadas e controladas”. Os ajustes decorrentes da equivalência patrimonial foram incluídos no grupo “Resultado de participações em coligadas e controladas”. Para as demonstrações contábeis consolidadas, os investimentos em empresas controladas são eliminados no processo de consolidação.

	30/06/2025									
	Capital social realizado	Patrimônio líquido ajustado	Resultado no semestre	Partic. %	Quantidade de quotas	Resultado de equivalência bruto	Ajustes impacto Res. 4966 (+/-)	Resultado de equivalência líquido	Banco	Consolidado
Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (a)	2.170	9.985	4.830	100	2.170.000	4.830	-	4.830	9.985	-
Sicoob Soluções de Pagamentos Ltda. (b)	317.398	396.073	78.834	99	317.398.000	78.045	-	78.045	392.112	-
Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. (c)	549.058	632.582	71.538	100	549.058.000	71.538	(1.036)	70.502	632.583	-
Sicoob Participações em Seguridade S.A. (d)	40.000	219.106	87.773	100	40.000.000	87.773	-	87.773	219.106	212.117
Total						242.186	(1.036)	241.150	1.253.786	212.117

- (a) Administradora e gestora de fundos de investimento, cujo patrimônio administrado em 30 de junho de 2025 é de R\$ 158,95 bilhões.
 (b) Administradora/processadora de Meios de Pagamento dentro do sistema Sicoob.
 (c) Administradora de Consórcios, opera com consórcios no ramo de veículos leves, pesados, imóveis, serviços e outros bens móveis, atualmente possui mais de 447.880 mil cotas ativas e administra uma carteira de R\$ 55,67 bilhões.
 (d) Sicoob Participações em Seguridade S.A. – Sicoob PAR, a qual detém participação societária na Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A.

Nota 12 – Imobilizado

	Banco					Consolidado	
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Total	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.010	35.449	16.133	133.478	1.021	189.091	464.814
Aquisição	-	-	776	2.170	59	3.005	45.608
Alienação	-	-	(149)	(13)	(7)	(169)	(681)
Depreciação	-	(1.636)	(1.080)	(18.798)	(109)	(21.623)	(61.254)
Saldos em 30 de junho de 2025	3.010	33.813	15.680	116.837	964	170.304	448.487
Custo total	3.010	72.582	24.230	206.479	1.901	308.202	740.482
Depreciação acumulada	-	(38.769)	(8.550)	(89.642)	(937)	(137.898)	(291.995)
Valor residual	3.010	33.813	15.680	116.837	964	170.304	448.487
Taxas anuais de depreciação - %	-	4,70%	10%	20%	10%		

Banco Cooperativo Sicoob
 Notas explicativas da Administração às demonstrações
 contábeis
 Semestre findo em 30 de junho

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Nota 13 – Intangível

	Banco	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2024	92.005	104.338
Aquisição	4.145	5.894
Alienação	-	-
Amortização	(12.340)	(14.705)
Saldos em 30 de junho de 2025	83.810	95.527
Custo total	134.145	177.156
Amortização acumulada	(50.335)	(81.629)
Valor residual	83.810	95.527
Taxas anuais de depreciação - %	20%	20%

Nota 14 – Depósitos

a. Composição de depósitos ao custo amortizado

Depósitos	Banco				Consolidado	
	30/06/2025				30/06/2025	
	Sem vencimento	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Depósitos à vista	299.703	-	-	-	299.703	299.431
Depósitos de poupança	15.650.635	-	-	-	15.650.635	15.650.635
Depósitos interfinanceiros	-	82.030.514	7.283.923	3.542.023	92.856.460	92.856.460
Depósitos interfinanceiros rurais	-	8.667.691	2.043.621	-	10.711.312	10.711.312
Depósitos a prazo	-	4.590.676	1.825.959	2.820	6.419.455	5.250.256
Outros depósitos	-	-	-	-	-	110.302
Total	15.950.338	95.288.881	11.153.503	3.544.843	125.937.565	124.878.396
Circulante					111.239.219	111.343.244
Não Circulante					14.698.346	13.535.152

b. Despesas com operações de captações no mercado

Depósitos	Banco		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	30/06/2025
Depósitos de poupança			555.431	555.431
Depósitos interfinanceiros			6.082.923	6.082.923
Depósitos a prazo			327.271	252.550
Captação no mercado aberto			286.184	286.184
Outras despesas de captação			293.096	293.096
Total	7.544.905	7.470.184		

Banco Cooperativo Sicoob
 Notas explicativas da Administração às demonstrações
 contábeis
 Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto

a. Composição de captações no mercado aberto ao custo amortizado

Depósitos	Banco				30/06/2025	
	30/06/2025					
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total		
Própria	1.968.895	5.359.354	3.829.567	11.157.816		
Total	1.968.895	5.359.354	3.829.567	11.157.816		
Circulante				1.968.895		
Não Circulante				9.188.921		

Nota 16 – Recursos de aceites e emissão de títulos

a. Recursos de aceites e emissão de títulos ao custo amortizado

Depósitos	Banco e Consolidado				30/06/2025	
	30/06/2025					
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total		
LCI	68.163	14.569	1.998	84.730		
LCA	2.592.613	5.564.753	14.218	8.171.584		
LFSC (a)	-	607.171	-	607.171		
Total	2.660.776	6.186.493	16.216	8.863.485		
Circulante				2.660.776		
Não Circulante				6.202.709		

(a) Letra Financeira Subordinada Complementar (LFSC) emitidas no primeiro semestre de 2024, com caráter de perpetuidade e pagamento de juros semestrais.

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

a. Empréstimos e repasses no país – Instituições oficiais e empréstimos no exterior

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/FINAME, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2042 e com encargos financeiros de até 20,10 % a.a.

Ao custo amortizado	Banco e Consolidado						Total	
	30/06/2025							
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos		
SFH – Pró Cotista	35	110	319	348	2.652	9.401	12.865	
Obrigações em moedas estrangeiras	17.130	366.088	-	-	-	-	383.218	
Obrigações por empréstimos no exterior	28	-	-	-	395.490	-	395.518	
Banco do Brasil / FCO	71.567	125.833	335.865	191.276	110.965	-	835.506	
BNDES	353.138	843.040	2.196.841	1.827.257	1.905.238	1.234	7.126.748	
FINAME	278.024	400.315	1.105.163	760.587	555.334	-	3.099.423	
FINEP	30.596	92.186	235.318	241.979	264.170	-	864.249	
Funcafé	232.520	361.461	59.659	2.741	-	-	656.381	
Banco da Amazônia / FNO	6.081	27.290	98.064	86.382	109.656	-	327.473	
Total	989.119	2.216.323	4.031.229	3.110.570	3.343.505	10.635	13.701.381	
Circulante							3.205.442	
Não Circulante							10.495.939	

b. Despesas das obrigações de empréstimos e repasses no país – Instituições oficiais e empréstimos no exterior

	Banco e Consolidado		30/06/2025
BNDES			199.627
FINAME			117.287
Outras instituições – Funcafé e FNO			38.740
Banco do Brasil / FCO			16.250
FINEP			13.781
Obrigações com banqueiro no exterior			9.493
SFH – Pró cotista			506
Empréstimos no exterior			268
Total			395.952

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Arrendamento

Ao custo amortizado	Banco						Total	Consolidado 30/06/2025		
	30/06/2025									
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos				
Arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	1.665		
Total	-	-	-	-	-	-	-	1.665		
Circulante							-	951		
Não Circulante							-	714		

d. Despesas de arrendamento

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Arrendamento	-	10
Total	-	10

Nota 18 – Provisões

a. Provisões para contingências

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Banco Sicoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN nº 3.823/09, conforme resumimos a seguir:

A provisão é reconhecida somente quando: (a) o Banco Sicoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Banco Sicoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A Administração do Banco Sicoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

■ **Obrigações legais classificadas como “risco de perda provável”**

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no período. Os depósitos judiciais estão registrados em “Outros ativos – Outros”.

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisões constituídas

Composição dos saldos patrimoniais

Composição	30/06/2025			
	Banco		Consolidado	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Fiscais	18.233	101	20.296	4.307
Trabalhistas	1.192	2.147	1.245	2.228
Cíveis	10.208	21.340	10.819	23.341
Total	29.633	23.588	32.360	29.876

Movimentação das provisões para causas judiciais

Composição	30/06/2025				
	Banco		Consolidado		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro 2024	93	2.086	19.915	22.094	28.570
Constituições no exercício	8	266	4.982	5.256	6.668
Pagamentos no exercício	-	-	(1.876)	(1.876)	(2.750)
Reversões no exercício	-	(205)	(1.681)	(1.886)	(2.612)
Total	101	2.147	21.340	23.588	29.876

A provisão para riscos fiscais está registrada em Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias (Nota 21e) e as provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão registradas em devedores por depósitos em garantias (Nota 21c).

Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

- i. Administrativo - Referem-se, basicamente, a reclamações em relação à prestação de serviços e produtos do Banco Sicoob.
- ii. Fiscais - Referem-se, basicamente, a discussões em relação aos honorários de sucumbências.
- iii. Trabalhistas - Referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.
- iv. Cíveis - Referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

Cronograma esperado de saídas de benefícios econômicos

Em virtude da natureza das contingências existentes e a complexidade do ambiente jurídico do Brasil, há incertezas que não permitem uma definição razoável do cronograma de liquidação futura das ações.

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis que discutem a solidariedade do Banco Sicoob quanto a depósitos feitos em cooperativas;

(ii) ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Banco Sicoob por erro cometido por cooperativa; (iii) ações cíveis que discutem danos materiais e morais referentes aos produtos do Banco Sicoob; (iv) ações de natureza trabalhista/previdenciária; (v) ações administrativas fiscais previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS); (vi) ação anulatória de lançamento fiscal ajuizada pelo Banco. O auto de infração que se pretende desconstituir através da ação anulatória, refere-se ao valor deduzido pelo Banco Sicoob em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo Banco Sicoob, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do Banco.

Saldo dos passivos contingentes classificados como “risco de perda possível”

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Administrativo	27.784	28.434
Cíveis (a)	1.620.410	1.673.084
Trabalhistas	73.436	74.750
Tributários	133.292	133.369
Total	1.854.922	1.909.637

(a) O principal tipo de ação classificado como de risco de perda possível é o de natureza cível, envolvendo discussões sobre a responsabilidade solidária do Banco Sicoob em relação a depósitos realizados em cooperativas, indenizações por danos materiais e morais relacionados a produtos do Banco Sicoob, bem como a responsabilidade do banco por erros cometidos por cooperativas.

b. Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros.

Provisão para perdas, sujeita aos mesmos critérios mínimos estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/21.

	Banco e Consolidado
	30/06/2025
Saldo no início do período 01/01/2025	1.346
Compromissos de créditos e créditos a liberar	123.271
Garantias financeiras prestadas	693
Saldo no final do período	125.310

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Provisões para pagamentos a efetuar

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Despesas com pessoal	28.872	43.899
Despesas administrativas	224.168	219.920
Despesas sobre operações de crédito		
(a)	344.248	344.248
Outros	2.400	3.882
Total	599.688	611.949

(a) Refere-se, basicamente, ao Programa de Incentivo de Crédito, Delcredere e Comissões sobre Operações de Crédito

Nota 19 – Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social no valor de R\$ 4,71 bilhões, é composto atualmente por 2.213.936.235 ações, sendo 1.113.043.269 ações ordinárias e 1.100.892.966 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

O aumento de capital no valor de R\$ 562.250 milhões, foi aprovado na 117ª reunião do Conselho de Administração no dia 19/02/2025. Em 30/04/2025 foi homologado o referido aumento, através da 123ª reunião do Conselho de Administração.

Em 12/05/2025 o Bacen aprovou o aumento de capital.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 1.732 refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

Em 30/06/2025 o saldo é de R\$ 707.120.

O estatuto do Banco Sicoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 22.113.

Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 192.541, a ser destinada na próxima assembleia. Também foi constituído dividendos obrigatórios não distribuídos, no valor de R\$ 21.008, os quais serão destinados quando autorizado. Foi destacado no patrimônio o valor de R\$ 206.603, referente aos Juros sobre Capital Próprio – JCP.

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d. Dividendos

O estatuto do Banco Sicoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram deliberados dividendos no montante de R\$ 21.008, equivalentes a R\$ 9,49 por lote de mil ações.

Em 30/04/2025 foi deliberado o pagamento de Dividendos de exercícios anteriores no valor de R\$ 562.250.

e. Ajuste a valor de mercado

Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda conforme requerido pela Resolução nº 4.966/21 do Banco Central, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social (Nota 9).

f. Participação de acionistas não controladores

Refere-se à participação da Cabal Cooperativa de Provision de Servs. Ltda, na empresa Sicoob Soluções de Pagamentos Ltda.

Nota 20 – Limites operacionais - acordo de Basileia

O patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial Banco Sicoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos. O índice de Basileia em 30 de junho de 2025 é de 17,52%.

	Posição
Indicadores regulamentares	30/06/2025
Patrimônio de referência - PR	6.024.246.586
Parcelas de risco (8,0%)	2.609.594.903
Parcela para risco de crédito - RWAcpad	2.111.110.412
Parcela para risco de mercado - RWApad	21.633.671
Parcela para risco operacional - RWApad	355.954.473
Parcela para serviço de pagamentos – RWASP	120.896.347
Adicional de capital principal – ACP (2,5%)	815.498.407
Parcela bancária – IRRBB	186.056.468
Patrimônio de referência exigido - PRE	3.611.149.778
Índice de Basileia - IB	17,52%

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Outros desdobramentos das demonstrações contábeis

a. Outros ativos ao custo amortizado

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Rendas a receber	-	8.416
Aquisição de cotas de consórcios	-	22.453
(-) Provisão para perda	-	(5.537)
Total	-	25.332
Circulante	-	16.916
Não circulante	-	8.416

b. Outros ativos

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Cheques e outros papéis remetidos	1.090.601	1.090.601
Recebimento doc. enviados p/ outros participantes sistemas	1.771.310	1.771.310
Serviços prestados	7.185	79.196
Rendas a receber	448.099	448.108
Devedores por depósitos em garantias (a)	29.633	32.359
Impostos e contribuições a compensar	161.495	244.395
Pagamentos a ressarcir	35.700	35.876
Títulos e créditos a receber	44.915	42.788
Devedores diversos – País	200.933	215.277
Outros valores e bens	2.357	2.357
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	1.580	1.580
Despesas antecipadas (b)	68.492	533.006
Outros	12.916	15.247
Total	3.875.216	4.512.100
Circulante	3.800.924	4.435.958
Não Circulante	74.292	76.142

(a) Refere-se, a provisões de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas.

(b) Refere-se, basicamente, à estoque de cartões magnéticos (plásticos), Comissões sobre Operações de Crédito e Comissões Vendas de Consórcio.

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Transações de pagamento e obrigações por transações de pagamento ao custo amortizado.

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Transações de pagamento	13.697.166	13.694.968
Obrigações por transações de pagamento	3.522.010	3.655.744
Total	17.219.176	17.350.712
Circulante		17.219.176
Não Circulante		-

d. Outros passivos

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Cheques e outros papéis remetidos	810.200	810.200
Recebimentos remetidos	2.602.941	2.602.941
Recursos recebidos - depósitos de poupança rural	13.322	13.322
Recebimento em trânsito de terceiros	113.152	113.151
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	948.552	948.552
Sociais e estatutárias	13.509	17.081
Provisão para impostos	242.157	357.275
Obrigações em moedas estrangeira	10.073	10.073
Taxa de Administração e recursos não procurados	-	339.844
Valores a pagar em moeda estrangeira	75.221	75.221
Obrigações por convênios oficiais	128.992	128.991
Cartão de Crédito	357.336	357.336
Adquirência	87.713	87.713
Outros	112.928	603.190
Total	5.516.095	6.464.890

e. Resultado da provisão associada ao risco de crédito

Reversão/(Constituição)	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Transações de pagamento -		
Adquirência	1.036	1.032
Repasses Interfinanceiros	51.395	51.395
Operações de crédito	(76.159)	(76.159)
Créditos com características de concessão de crédito	1.899	1.899
Valores a receber relativos a transações de pagamento	80.119	80.119

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Compromissos de crédito e créditos a liberar	(123.271)	(123.271)
Garantia financeiras prestadas	(693)	(693)
Outros (a)	(140)	(1.859)
Total	(65.814)	(67.537)

(a) No individual refere-se à provisão para perdas de crédito consignado com desconto em folha de pagamento junto a entes públicos, cujos valores foram descontados dos servidores, porém não repassados ao Banco Sicoob e no consolidado, refere-se à provisão para perdas de aportes e taxa de administração em grupos de consórcio.

f. Receitas de prestação de serviços

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Convênio Sicoob	9.849	9.849
Rendas de serviços bancários (a)	16.421	16.421
Rendas de administração de fundos	-	13.328
Rendas de serviços prestados de fundos	3.976	3.976
Rendas de administração de consórcio	-	317.897
Rendas por serviço de pagamento	12.981	222.942
Rendas por antecipações de obrigações de transações de pagamento	205.820	205.921
Rendas de recebimento de concessionárias (b)	37.552	37.552
Rendas de tarifas bancárias	61	61
Rendas com serviços de adquirência	60	60
Rendas com cartões (c)	12.437	12.437
Outras receitas diversas (d)	55.683	184.303
Total	354.840	1.024.747

(a) Refere-se à prestação de serviços como microfilmagem, fornecimento de talonário de cheques e processamento de serviços de compensação.
 (b) Refere-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.
 (c) Refere-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.
 (d) No individual refere-se, principalmente, às rendas com seguros e rendas com DDA e PCR e no consolidado, destaca-se, principalmente as rendas de serviços prestados a ligadas no Sicoob Pagamentos.

g. Composição de outras receitas operacionais

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Recuperação de encargos e despesas	21.124	21.424
Cartões de crédito (a)	179.942	179.942

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adquirência	75.517	75.517
Variação cambial	17.972	17.995
Outras	17.731	33.751
Total	312.286	328.629

(a) A fim de compor o total de receita com cartão de crédito, considerar também, a nota 21

h. Despesas de pessoal

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Honorários pagos a diretores e conselheiros	11.258	12.139
Proventos (a)	57.711	88.147
Encargos sociais (b)	25.415	37.552
Benefícios (c)	18.210	38.506
Treinamentos	529	675
Remuneração a estagiários	-	670
Total	113.123	177.689

(a) Refere-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.

(b) Refere-se, principalmente, a provisões de INSS e FGTS de funcionários.

(c) Refere-se, principalmente, a benefícios de assistência médica, vale-transporte e vales-refeições pagos a funcionários.

i. Despesas administrativas

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Despesas de água, energia, gás, manutenção e conservação	86	754
Despesas de comunicação	22.398	43.104
Despesas de material	36	678
Despesas de processamento de dados	70.758	109.571
Despesas com propaganda e publicidade	52.184	54.535
Despesas com serviços do sistema financeiro	27.295	27.932
Despesas de serviços de terceiros (a)	74.879	293.120
Despesas de serviços técnicos especializados	13.642	14.886
Despesas de serviços de auditoria externa	1.955	1.955
Despesas de depreciação e amortização	33.939	76.409
Despesas com viagens	4.470	4.512
Outras despesas administrativas	7.718	10.314
Total	309.360	637.770

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Refere-se, basicamente, à serviços com microfilmagem, talonários, consulta de proteção ao crédito, mão de obra de terceiros e comissões pagas pela venda de cotas de Consórcio.

j. Despesas Tributárias

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	7.548	40.791
Despesas de contribuição - COFINS	60.630	106.505
Despesas de contribuição - PIS/PASEP	9.853	19.605
Outras despesas tributárias	1.914	3.661
Total	79.945	170.562

k. Composição de outras despesas operacionais

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Contingências	4.141	5.704
Despesas serviços associados à transações de pagamento	41.567	41.630
Comissão sobre operações de crédito	244.834	244.834
Adquirência	16.953	16.953
Variação cambial	37.198	37.244
Outras despesas operacionais	111.950	130.159
Total	456.643	476.524

l. Resultado não operacional

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Receita não operacional (a)	1.445	1.445
Despesa não operacional (b)	(3.889)	(3.927)
Total	(2.444)	(2.482)

(a) Refere-se, predominantemente, à ganhos de capital pela desmutualização da CIP.

(b) Refere-se, predominantemente, à desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda das operações de crédito imobiliários transferidos para o BNDU.

m. Resultados não recorrentes

Não houve qualquer resultado não recorrente no período.

Nota 22 – Transações com partes relacionadas

a. Sistema Sicoob

O Banco Sicoob foi criado, conforme descrito no contexto operacional (Nota 1), para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88.

Demonstramos abaixo as operações do Banco com o sistema Sicoob:

		30/06/2025
Ativo		34.613.033
Caixa – tesouraria centralizada		5.609
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		34.598.499
Valores a receber		7.161
Despesas antecipadas – comissão		1.764
Passivo		106.450.095
Depósitos		93.966.931
Operações compromissadas		9.310.516
Valores a pagar		3.172.648
Receitas		2.729.139
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		2.012.720
Outras receitas		716.419
Despesas		6.317.831
Captação		6.002.013
Outras despesas		315.818

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Subsidiárias

	Sicoob DTVM 30/06/2025	Sicoob Consórcios 30/06/2025	Sicoob PAR Seguridade 30/06/2025	Sicoob Soluções de Pagamentos 30/06/2025
Ativo	66	247	-	-
Valores a receber	66	247	-	-
Passivo	8.166	536.760	6.293	651.912
Depósitos à vista	3	176	13	80
Depósitos a prazo	8.163	536.584	6.280	618.171
Valores a pagar – transações de pagamento	-	-	-	2.202
Valores a pagar	-	-	-	31.459
Despesas	773	33.335	4.582	36.457
Despesas de captação	773	33.335	4.582	36.030
Despesas administrativas	-	-	-	427
Receitas	-	1.437	-	71
Receitas diversas	-	1.437	-	71

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais de acionistas, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

A remuneração paga aos diretores e conselheiros está demonstrada a seguir:

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
Honorários	8.803	9.497
Benefícios	3.950	4.376
Encargos	2.221	2.407
Total	14.974	16.280

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Outras informações

a. Sistema Sicoob Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05, o Banco Sicoob possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com captações da mesma titularidade.

Os montantes sujeitos à compensação estão resumidos a seguir:

	Banco		
	30/06/2025		
	Aplicação	Captação	Acordo de compensação
CDI/LF	5.435.477	8.532.816	5.214.347
Total	5.435.477	8.532.816	5.214.347

b. Seguros

O Banco Sicoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

c. Garantias prestadas

As garantias concedidas, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam, em 30 de junho de 2025, R\$ 157.671. Em junho de 2025 há uma provisão no valor de R\$ 693.

d. Benefícios a empregados

Previdência complementar O Banco Sicoob e as empresas do conglomerado são patrocinadoras da Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência, complementares aos da previdência oficial básica, na modalidade de contribuição definida.

Em 30 de junho de 2025, o Sicoob Previ contava com 1.273 participantes ativos, cuja contribuição consolidada totalizou R\$4.208.

e. Participação nos lucros

O Banco Sicoob oferece a seus funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. No primeiro semestre de 2025, foram provisionados os valores de R\$ 10.895, consolidado – R\$ 14.239, registrado em Provisão para Participações nos Lucros.

Nota 24 – Gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital

I. Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Sicoob, com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às atividades.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

Os riscos considerados relevantes e que fazem parte do gerenciamento integrado de riscos são:

Financeiros: risco de crédito, risco de mercado, risco de variação das taxas de juros e risco de liquidez;

Não Financeiros: risco operacional, riscos social, ambiental e climático, risco de imagem, risco de conformidade, risco de estratégia, risco de descontinuidade de negócios, risco de lavagem de dinheiro e risco cibernético.

O Banco Sicoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações existentes entre os riscos considerados relevantes.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos na Instituição.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o Banco Sicoob adota modelo de três linhas, com a seguinte caracterização:

1ª linha: controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;

2ª linha: áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma unificada;

3ª linha: avaliação independente da auditoria interna.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos são disseminados na Instituição.

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no gerenciamento integrado de riscos do Banco Sicoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na Instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade.

Para dar suporte a essa estrutura, o Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na RAS.

Os órgãos de governança, comitês e a alta administração acompanham permanentemente as atividades e os indicadores de gerenciamento de riscos, de forma a garantir a eficiência e eficácia do modelo de controle.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos.

O Comitê de Riscos (Coris) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A auditoria interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades, sistemas, modelos e procedimentos desenvolvidos na Instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

Encontra-se disponível no sítio do Banco Sicoob (www.sicoob.com.br) o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

a. Risco de crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O Banco Sicoob é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do seu conglomerado e fundação patrocinada, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o Banco Sicoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O Banco Sicoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento da classificação das operações de acordo com a Resolução CMN 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

b. Riscos de mercado e de variação das taxas de juros

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros, com o objetivo de assegurar que o risco seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Banco Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições do Banco.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcum e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

O gerenciamento do risco de variação das taxas de juros para a carteira bancária (IRRBB) utiliza as boas práticas e modelos consolidados de avaliação. No processo de gerenciamento do risco são utilizadas as abordagens de valor econômico e resultado da intermediação financeira.

abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição.

O acompanhamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é realizado por meio da apreciação de relatórios periódicos elaborados pela área especializada e remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- o valor do risco e o consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e resultado de intermediação financeira;
- o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas do Banco Central do Brasil - BCB;
- análise de descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- limites máximos do risco de variação das taxas de juros;
- análise de sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de um ponto-base na curva de juros;
- resultado das perdas e ganhos embutidos (EGL);
- testes de estresse;

- plano de contingência.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária para avaliar a sensibilidade do risco aos limites definidos na RAS.

c. Risco de liquidez

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

O gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente às boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez utilizados são:

- a. acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:
 - limite mínimo de liquidez;
 - fluxo de caixa projetado;
 - aplicação de cenários de estresse;
 - definição de planos de contingência.
- b. realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;
- c. elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- d. existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez do Banco Sicoob.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos de identificação de riscos, de curto e longo prazo, considerando os possíveis impactos na liquidez do conglomerado do Banco Sicoob.

Para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, são testadas as principais medidas com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

d. Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

Banco Cooperativo Sicoob
Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócios, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWaopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

e. Risco de Imagem

O gerenciamento do risco de imagem é realizado por meio do monitoramento dos canais de comunicação institucionais para mensurar a satisfação e qualidade no atendimento (Ouvidoria, SAC), o atendimento em prazos regulamentares do Banco Central do Brasil (Sistema de Registro de Demandas do Cidadão - RDR) e a classificação reputacional frente ao mercado pelo público em geral (Reclame Aqui e redes sociais).

f. Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

f1. Risco social

O processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e a proteção de direitos nas relações de negócios para todas as pessoas, avaliando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

f2. Risco ambiental

O processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgãos competentes, observando potenciais impactos.

f.3 Risco climático

O processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática e na observância dos riscos de transição e físico.

Para atender aos normativos referentes aos riscos sociais, ambientais e climáticos (em especial as Resoluções BCB 139 e 151 de 2021) o Sicoob divulgou, em março/2025, o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC), fornecendo informações detalhadas sobre a governança e o gerenciamento desses riscos, destacando as atribuições e responsabilidades das instâncias institucionais envolvidas, como o Conselho de Administração e a Diretoria. Adicionalmente, foram reportadas as informações relacionadas ao Documento de Riscos Social, Ambiental e Climático (DRSAC) das instituições enquadradas como S2, S3 e S4 com dados relativos à classificação dos riscos social, ambiental e climático dos tomadores de crédito.

g. Risco de conformidade

As diretrizes para gerenciamento do risco de conformidade encontram-se registradas na Política Institucional de Controles Internos e Conformidade, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O Banco Sicoob conta com empregados dedicados exclusivamente à aplicação da política e dos procedimentos específicos. Atuam também como orientadores com a missão de prestar as informações necessárias para que seja efetivamente implementado o processo de conformidade e dão suporte ao Conselho de Administração e à Alta Administração no gerenciamento efetivo dos riscos de conformidade.

h. Risco de estratégia

O Banco Sicoob desdobra a sua orientação estratégica de agregar fatores de competitividade às cooperativas do Sicoob, posicionando-se como ente sistêmico gestor de produtos e serviços financeiros. Por sua vez, os produtos e serviços fornecidos percorrem as diretrizes para o gerenciamento dos riscos por meio da identificação, classificação, controle e reporte.

i. Risco de Descontinuidade de Negócios

As diretrizes para gerenciamento do risco de descontinuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes de descontinuidade;
- implementação das estratégias (execução das ações definidas, com especificação clara do que fazer, do responsável e do prazo para execução) para gerenciamento de incidentes adversos que possam gerar interrupção de processo ou atividade considerada crítica;
- continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, infraestruturas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente);
- análise das ações e dos procedimentos que garantam a continuidade de negócios em situação de contingência, observando o que funcionou e o que precisa ser aprimorado para evitar falhas futuras, providenciando as correções necessárias.

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Emergência (PEM), Plano de Comunicação (PCOM) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

j. Risco de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo

As diretrizes para gerenciamento do risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo encontram-se registradas na Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) tem como objetivo detectar, por meio de informações constantes do Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, comportamentos, situações e operações atípicas.

O processo de PLD/FT compreende as seguintes etapas:

- definição das diretrizes e processos de PLD/FT, com o objetivo de mitigar risco de imagem/reputacional;
- monitorar;
- selecionar;
- registrar, analisar e diligenciar;
- Comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf);
- emitir relatórios gerenciais;
- avaliar contratos, parcerias e novas tecnologias;
- implementar e atualizar a Avaliação Interna de Risco (AIR) de PLD/FT;
- elaborar Relatório de Avaliação de Efetividade de PLD/FT (RAE).

A prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo tem o objetivo de mitigar os riscos da prática de ilícitos com utilização da estrutura do Sicoob e zelar pela imagem/reputação.

k. Risco Cibernético

A Gestão de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Riscos Cibernéticos realiza monitoramentos essenciais, são acompanhadas vulnerabilidade e incidentes cibernéticos, bem como há participação em fóruns específicos do tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

II. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital do conglomerado Banco Sicoob é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do conglomerado para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o conglomerado Banco Sicoob aderiu formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem ao conglomerado Banco Sicoob identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e, adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no sítio do Banco Sicoob (www.sicoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

* * *

Banco Cooperativo Sicoob
Composição dos órgãos da Administração
Semestre findo em 30 de junho

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Conselho de Administração

Miguel Ferreira de Oliveira – Presidente
Aifa Naomi Uehara de Paula
Bento Venturim
Carlos Augusto de Macedo Chiaraba
Clidenor Gomes Filho
Felipe Magalhães Bastos
Ivo Azevedo de Brito
Jean Rodrigues
João Batista Bartoli de Noronha
José Evaldo Campos
Luiz Gonzaga Viana Lage
Marcelo Martins
Oberdan Pandolfi Ermita
Rui Schneider da Silva

Diretoria

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente
Antônio Cândido Vilaça Junior - Diretor
Ênio Meinen - Diretor
Francisco Silvio Reposse Junior - Diretor
Janderson de Miranda Facchin - Diretor
Marcos Vinicius Viana Borges - Diretor
Rubens Rodrigues Filho - Diretor

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O-2

Banco Cooperativo Sicoob
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria
Semestre findo em 30 de junho



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Introdução

1. O Comitê de Auditoria é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.
2. Além do Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que integram o Conglomerado Banco Sicoob: Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Sicoob DTVM, Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. – Sicoob Consórcios e Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. – Sicoob Pagamentos.
3. A administração do Banco Sicoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos nas empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria independente contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Banco Sicoob e das empresas que integram o Conglomerado (exceto o Sicoob Par Seguridade). Cabe à Auditoria Independente:
 - a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
 - b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
 - a) a) promoveu, no 1º semestre de 2025, 3 reuniões ordinárias e 4 reuniões extraordinárias;
 - b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, dos auditores internos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos e do Comitê de Riscos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
 - c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis; avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas; examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
 - d) promoveu reuniões com a Diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Riscos e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
 - e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Independente realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers (PwC); gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental, climático, imagem, conformidade, cibرنético e estratégico;

continuidade de negócios, prevenção à lavagem de dinheiro, Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e Programa de Testes de Estresse (PTE); e

- f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

7. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
8. No 1º semestre de 2025 não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos empregados.
9. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados ao gerenciamento de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Banco Sicoob e das empresas integrantes do Conglomerado, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Independente

10. Os auditores independentes contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
11. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Independente, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas de 30/06/2025.

Auditoria Interna

12. Em conformidade com o planejamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Banco e das empresas integrantes do Conglomerado.
13. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

14. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

15. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 30/6/2025 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares e de acordo com as práticas adotadas no País, refletindo, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Banco Sicoob naquela data.

Brasília/DF, 11 de setembro de 2025.

Antônio Carlos Correia
Coordenador

Douglas Souza de Oliveira

Antônio Cândido Vilaça Júnior